

CARTILHA DE IMPLEMENTAÇÃO E DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE PARA REPOSITÓRIOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS CONFIÁVEIS (RDC-ARQ): DA CONFORMIDADE NORMATIVA À MELHORIA CONTÍNUA

Realização:

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)
Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do
Espírito Santo (Prodest)

Apoio:

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES)
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

RICARDO DE REZENDE FERRAÇO

Governador do Estado do Espírito Santo

MARCELO CALMON DIAS

Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos

EDMAR MOREIRA CAMATA

Secretário de Estado de Controle e Transparência

MARCELO AZEREDO CORNÉLIO

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo

CILMAR CESCO NETTO FRANCISCHETTO

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Organização

Alex Pereira de Holanda

Tânia Barbosa Salles Gava

Revisão

Ana Maria dos Santos Latgé

Gabriela De Grande Guerreiro

Diana Vilas Boas Souto Aleixo

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Carolina Medici Rocha – CRB 1151

C327 Cartilha de implementação e diagnóstico de maturidade para repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-ARQ): da conformidade normativa à melhoria contínua / organização Alex Holanda e Tânia Barbosa Salles Gava. – Vitória, ES: APEES ; PRODEST ; UFES ; FAPES, 2026.

1 recurso online (24 p.)

ISBN: 978-65-02-26339-6

1. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis. 2. Preservação digital. 3. Diagnóstico de maturidade. 4. Conformidade normativa. 5. Melhoria contínua. I. Holanda, Alex, org. II. Gava, Tânia Barbosa Salles, org. III. Título.

CDD – 025.84

Copyright © 2026 by Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414 – Centro, CEP: 29.015-905 - Vitória / Espírito Santo
Tel.: 36366100

E-mail: faleconosco@ape.es.gov.br

Disponível em: <https://proged.es.gov.br/publicacoes>

Permitida a reprodução parcial ou total desde que indicada a fonte

SEÇÃO I.....	4
FUNDAMENTOS ESTRATÉGICOS DO RDC-ARQ.....	4
1.1 A MISSÃO CRÍTICA DO RDC-ARQ.....	5
1.2 A ESTRUTURA DA RESOLUÇÃO CONARQ Nº 51.....	7
SEÇÃO II.....	12
A METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE (DMRDC – ES).....	12
2.1 O MODELO DE CINCO NÍVEIS DE MATURIDADE:.....	13
UMA JORNADA DE EVOLUÇÃO CONTÍNUA.....	13
2.2 A ARQUITETURA DA AVALIAÇÃO PONDERADA:.....	15
FOCO NO QUE É ESTRATÉGICO.....	15
SEÇÃO III.....	17
GUIA PRÁTICO PARA APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE.....	17
3.1 PREPARAÇÃO E MOBILIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	18
3.2 A AUTOAVALIAÇÃO GUIADA POR REQUISITOS.....	19
3.3 ANÁLISE DE RESULTADOS E DEFINIÇÃO DE METAS ESTRATÉGICAS.....	20
3.4 DO DIAGNÓSTICO AO PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO.....	21
REFERÊNCIAS.....	22



SEÇÃO I

FUNDAMENTOS ESTRATÉGICOS DO RDC-ARQ

A transição para um ambiente predominantemente digital impôs às organizações um desafio monumental: como garantir que os documentos arquivísticos, essenciais para a memória, a administração, a prova de direitos e a pesquisa, permaneçam autênticos, acessíveis e compreensíveis ao longo de décadas ou mesmo de séculos. A resposta a esse desafio não reside em simples soluções de armazenamento, mas na implementação de ecossistemas sociotécnicos robustos. O Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) é a estrutura desenvolvida para essa missão, representando um compromisso institucional com a perenidade do patrimônio digital.

1.1 A MISSÃO CRÍTICA DO RDC-ARQ

Um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) transcende a definição de um mero sistema de armazenamento de dados. Trata-se de um ambiente complexo, que integra hardware, software, metadados, infraestrutura organizacional e um conjunto rigoroso de procedimentos normativos e técnicos. Sua concepção visa ao gerenciamento e à preservação de materiais digitais pelo tempo que for necessário, enfrentando diretamente os desafios intrínsecos ao meio digital: a fragilidade inerente dos suportes, a facilidade de adulteração e a rápida obsolescência tecnológica.

A missão central de um RDC-Arq, conforme delineada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), é oferecer, à sua comunidade-alvo, acesso confiável e de longo prazo aos recursos digitais por ele gerenciados, agora e no futuro. Essa missão se desdobra em objetivos primordiais, que formam a base da confiabilidade:

Autenticidade: De acordo com a Resolução nº 37 do Conarq, a autenticidade é a qualidade de um documento ser exatamente aquele que foi produzido, não tendo sofrido alteração, corrompimento ou adulteração. Essa qualidade é composta por dois pilares essenciais: identidade e integridade.

- A identidade refere-se ao conjunto de atributos que caracterizam um documento como único e o diferenciam dos outros, tais como data, autor, destinatário e número de protocolo.
- A integridade é a garantia de que o documento transmite exatamente a mensagem para a qual foi criado, mantendo-se completo e sem modificações em sua forma e conteúdo.

No ambiente digital, onde documentos podem ser facilmente alterados

sem deixar rastros aparentes, a presunção de sua autenticidade se apoia na evidência de que foram mantidos por meio de procedimentos e tecnologias que asseguraram a manutenção contínua de sua identidade e sua integridade desde o momento da criação.

- **Confidencialidade:** Assegurar que informações sensíveis ou restritas não sejam divulgadas ou disponibilizadas sem a devida autorização.
- **Disponibilidade:** Manter os documentos acessíveis e utilizáveis, sob demanda, por entidades e usuários autorizados.
- **Acesso e Preservação:** Superar as barreiras da obsolescência tecnológica para garantir que os documentos possam ser localizados, interpretados e utilizados por longos períodos – potencialmente de forma permanente.

O escopo de atuação de um RDC-Arq abrange todas as três idades: corrente, intermediária e permanente. Essa abordagem integral assegura que a preocupação com a preservação digital seja uma constante desde a produção do documento, e não uma ação corretiva aplicada apenas na idade permanente. A integração com um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) é, portanto, fundamental para o sucesso das iniciativas de gestão e preservação.

1.2 A ESTRUTURA DA RESOLUÇÃO CONARQ Nº 51

A confiabilidade de um RDC-Arq não é um atributo abstrato, mas o resultado de uma estrutura robusta e auditável. A Resolução Conarq nº 51, alinhada a padrões internacionais, como a norma ISO 16363 [baseada no *Trustworthy Repositories Audit & Certification: Criteria and Checklist* (TRAC)], organiza os requisitos para a confiabilidade em três pilares interdependentes. A falha em qualquer um desses pilares compromete a integridade de todo o sistema, evidenciando que a preservação digital é um desafio multidimensional.

A forte ênfase no pilar organizacional reflete uma lição aprendida pela comunidade internacional de preservação digital: soluções tecnológicas são, por natureza, transitórias. A verdadeira garantia de preservação a longo prazo reside no compromisso institucional, na sustentabilidade financeira e em uma governança sólida. Portanto, a implementação de um RDC-Arq deve ser compreendida como uma decisão de governança estratégica que transcende o departamento de tecnologia da informação, exigindo o envolvimento e o apoio da alta gestão.

- **Pilar A – Infraestrutura Organizacional:** Esse pilar representa o alicerce institucional do repositório. Ele avalia se a organização possui a maturidade, a estabilidade e o compromisso necessários para sustentar a missão de preservação a longo prazo. Inclui a governança, a estrutura organizacional e de pessoal, a transparência de procedimentos, a sustentabilidade financeira e o arcabouço jurídico que rege contratos, licenças e passivos. Essencialmente, o pilar responde à pergunta: "A organização é confiável o suficiente para ser guardião desse patrimônio digital?".
- **Pilar B – Gerenciamento do Objeto Digital:** Esse pilar foca nos processos técnicos e arquivísticos que governam o ciclo de vida do

documento digital dentro do repositório. Sua estrutura é baseada no modelo de referência *Open Archival Information System* (OAIS - ISO 14721), que define as funções essenciais de um sistema de arquivamento. As principais entidades funcionais incluem a Admissão (recebimento e validação dos pacotes de informação), o Planejamento da Preservação (estratégias para combater a obsolescência), o Armazenamento (gestão segura dos pacotes), o Gerenciamento da Informação (gestão de metadados) e o Acesso (disseminação dos pacotes aos usuários). É o pilar que garante que os documentos sejam gerenciados de acordo com as melhores práticas arquivísticas e de preservação.

- **Pilar C – Tecnologia, Infraestrutura Técnica e Segurança:** Esse pilar aborda a base tecnológica que suporta as operações do repositório. Não se prescreve uma tecnologia específica, mas sim as melhores práticas para garantir a robustez, a escalabilidade e a segurança do ambiente. Os requisitos medem a adequação da infraestrutura de sistemas, a capacidade de monitorar e se adaptar a mudanças tecnológicas e a implementação de uma gestão de riscos e de segurança abrangente, que protege tanto as instalações físicas quanto os ativos digitais contra ameaças internas e externas.
- **Pilar D – Princípios Fundamentais:** Além da estrutura de requisitos, a resolução estabelece um conjunto de princípios essenciais que devem nortear a concepção e a operação de um RDC-Arq:
 - **Responsabilidade Compartilhada:** A governança do repositório deve ser uma colaboração multidisciplinar entre profissionais do arquivo, da tecnologia da informação e da administração, formalizada por um comitê com competências definidas.
 - **Tratamento Arquivístico:** O repositório deve ser capaz de

organizar os documentos mantendo sua relação orgânica, utilizando planos de classificação e normas de descrição como a Norma geral internacional de descrição arquivística [ISAD(G)] e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade).

- **Preservação Digital:** A preservação é um processo contínuo que começa na criação do documento e se baseia em procedimentos que garantem a autenticidade. Isso inclui o registro de todas as intervenções que ocorrerem no documento ao longo de sua vida (como conversão de formatos), por meio de metadados.
- **Independência:** O repositório deve ser independente, permitindo o acesso aos seus documentos sem depender de outras aplicações.
- **Interoperabilidade:** O sistema deve seguir normas e padrões (como *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH), *Metadata Encoding and Transmission Standard* (METS) e a *Encoded Archival Description* (EAD) para permitir a troca de informações com outros sistemas e repositórios.

A tabela a seguir resume a estrutura desses quatro componentes, fornecendo um mapa conceitual para a compreensão do *framework* de confiabilidade.

Tabela 1: Os Pilares e Princípios da Confiabilidade do RDC-Arq

Pilar	Componente Principal	Descrição
A. Infraestrutura Organizacional	Governança e Viabilidade	Missão, planejamento estratégico, planos de sucessão e contingência.
	Estrutura e Pessoal	Definição de tarefas, quadro de pessoal adequado e desenvolvimento profissional.
	Transparência e Arcabouço Político	Documentação de políticas, histórico de alterações e compromisso com auditorias.
	Sustentabilidade Financeira	Planejamento de negócios, transparência de recursos e análise de riscos financeiros.
	Contratos, Licenças e Passivos	Acordos de custódia, gestão de direitos e responsabilidades legais.
B. Gerenciamento do Objeto Digital	Admissão: Captura e Criação do AIP	Identificação de propriedades, verificação de pacotes (SIP) e criação do pacote de arquivamento (AIP).
	Planejamento da Preservação	Estratégias de preservação, monitoramento de obsolescência e avaliação de riscos tecnológicos.
	Armazenamento e Manutenção do	Estratégias de armazenamento, verificação de integridade (fixidez)

	AIP	e gestão de mídias.
	Gerenciamento da Informação	Gestão de metadados descritivos e de preservação, para garantir a recuperação e o contexto.
	Gerenciamento de Acesso	Políticas de acesso, autenticação de usuários e criação de pacotes de disseminação (DIP).
C. Tecnologia e Segurança	Infraestrutura de Sistema	Robustez de hardware e software, monitoramento de tecnologia e gestão de mudanças.
	Gestão de Risco e Segurança	Segurança física, segurança de rede, monitoramento de sistemas e planos de resposta a desastres.
D. Princípios Fundamentais	Governança e Tratamento Arquivístico	Responsabilidade compartilhada por equipe multidisciplinar e organização baseada em normas arquivísticas.
	Preservação, Independência e Interoperabilidade	Adoção de princípios de preservação contínua, garantia de acesso independente e conformidade com padrões de interoperabilidade.



PDS
PRESERVAÇÃO DIGITAL
— SISTÊMICA —

SEÇÃO II

A METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE (DMRDC – ES)

Para que uma organização possa avaliar sua conformidade com os requisitos de um RDC-Arq e, mais importante, traçar um caminho para a melhoria contínua, é necessária uma metodologia de diagnóstico estruturada. A Metodologia de Diagnóstico de Maturidade de Repositórios Digitais Confiáveis (DMRDC-ES) oferece essa estrutura, transformando o complexo conjunto de requisitos normativos em um modelo de avaliação progressivo e acionável. Esta metodologia não se limita a uma auditoria de "sim ou não", mas posiciona a conformidade como uma jornada de evolução, permitindo que as instituições meçam seu progresso e planejem seus próximos passos de forma estratégica.

2.1 O MODELO DE CINCO NÍVEIS DE MATURIDADE: UMA JORNADA DE EVOLUÇÃO CONTÍNUA

O cerne da metodologia é um modelo de cinco níveis de maturidade, que fornece granularidade suficiente para diferenciar estágios distintos de desenvolvimento organizacional. Cada nível representa um grau crescente de formalização, sofisticação e alinhamento com as melhores práticas, permitindo uma avaliação que vai desde a existência de processos básicos e reativos até o pleno amadurecimento e integração estratégica da preservação arquivística com a gestão institucional.

- **Nível 1 (Inicial):** Nesse estágio, os processos são ad hoc, informais e frequentemente reativos. A organização carece de políticas documentadas e depende do conhecimento e do esforço individual de poucos membros da equipe. As atividades de preservação, se existem, são inconsistentes e não padronizadas.
- **Nível 2 (Desenvolvido):** A instituição reconhece a necessidade de formalização. Começam a surgir esboços de políticas e procedimentos (esboços de declarações de missão, rascunhos de documentos). Há um entendimento básico da missão, mas a implementação ainda é inconsistente e não está integrada às práticas operacionais. É um estágio de transição, com sinais de uma futura gestão mais proativa.
- **Nível 3 (Definido e Implementado):** Esse é um ponto de inflexão crítico. Os processos são formalmente documentados, padronizados e implementados em toda a organização. Existem políticas, manuais e procedimentos aprovados que guiam as atividades. As práticas deixam de ser dependentes de indivíduos e tornam-se institucionalizadas, auditáveis e repetíveis.
- **Nível 4 (Gerenciado):** A organização vai além da simples implementação. Os processos são ativamente monitorados e medidos quantitativamente. São utilizados indicadores de desempenho (KPIs)

para avaliar a eficácia das políticas e procedimentos. A gestão é orientada por dados, permitindo o controle e a previsibilidade dos resultados.

- **Nível 5 (Otimizado):** O foco se desloca para a melhoria contínua e a inovação. Os processos são continuamente refinados com base na análise de dados de desempenho, no feedback dos stakeholders e no monitoramento proativo de novas tecnologias e tendências. As práticas de preservação digital estão totalmente integradas ao planejamento estratégico da organização, que busca ativamente antecipar desafios futuros.

A tabela a seguir resume as características de cada nível, servindo como um guia de referência para o processo de autoavaliação.

Tabela 2: O Modelo de Maturidade de 5 Níveis

Nível	Título	Características Principais
1	Inicial	Processos informais, ad hoc e reativos. Ausência de documentação. Dependência de esforço individual.
2	Desenvolvido	Consciência da necessidade de formalização. Processos emergentes, mas inconsistentes. Documentação em fase de esboço.
3	Definido e Implementado	Processos formalmente documentados, padronizados e implementados. Práticas institucionalizadas e auditáveis.
4	Gerenciado	Processos monitorados e medidos quantitativamente. Uso de indicadores de desempenho. Gestão orientada por dados.
5	Otimizado	Foco em melhoria contínua e inovação. Processos proativamente refinados. Integração total com a estratégia organizacional.

2.2 A ARQUITETURA DA AVALIAÇÃO PONDERADA: FOCO NO QUE É ESTRATÉGICO

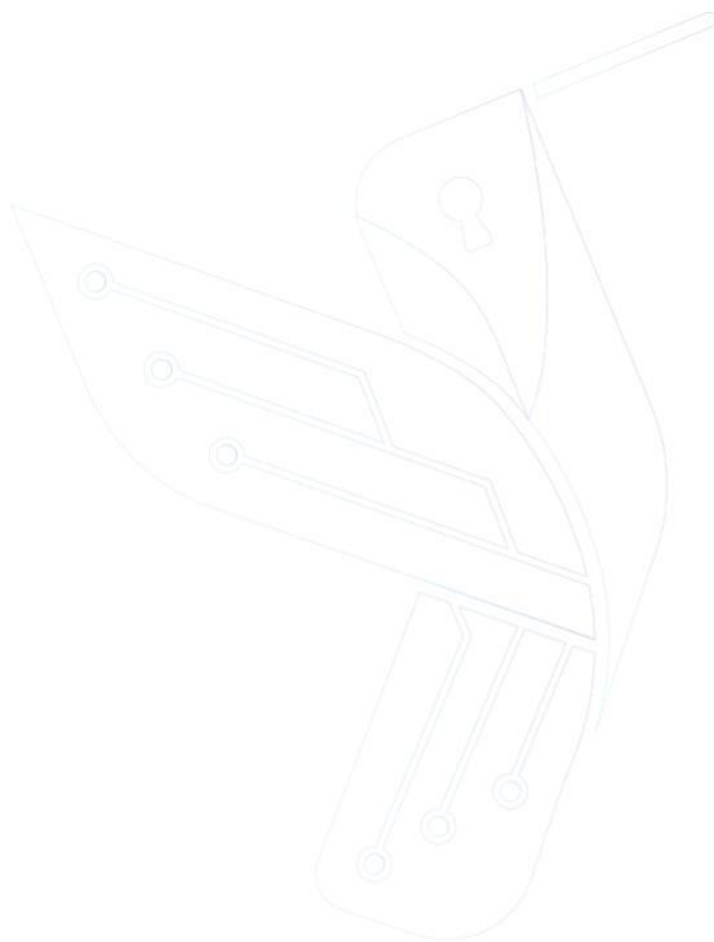
A metodologia de diagnóstico emprega um sistema de pontuação ponderada, uma escolha deliberada que reflete a importância e o impacto distintos de cada requisito. Em vez de tratar todos os requisitos como iguais, o modelo atribui pesos maiores àqueles considerados fundamentais para a sustentabilidade e o alinhamento estratégico do repositório. Essa abordagem força as organizações a priorizarem seus esforços, concentrando-se primeiro nos alicerces da governança antes de se aprofundarem em detalhes operacionais.

Os critérios para a ponderação são os seguintes:

- **Importância Estratégica:** Requisitos que definem a missão, os objetivos e a direção do repositório, como a Declaração de Missão (A.1.1) e o Planejamento Estratégico de Preservação (A.1.2), recebem o maior peso.
- **Risco e Impacto na Sustentabilidade:** Requisitos que mitigam riscos existenciais para o repositório, como o Plano de Sucessão (A.1.2.1) e a Sustentabilidade Financeira (A.4), também recebem um peso significativo.
- **Escopo e Abrangência Operacional:** Requisitos com um impacto mais localizado, embora necessários para o funcionamento eficiente, recebem um peso entre moderado e baixo.

A distribuição da pontuação total de um requisito entre os cinco níveis de maturidade também é estratégica: Nível 1 (10%), Nível 2 (20%), Nível 3 (30%), Nível 4 (20%) e Nível 5 (20%). Essa distribuição não é linear e carrega uma mensagem importante: o maior salto de maturidade, e o mais

valorizado pela metodologia, ocorre ao atingir o Nível 3. É nesse ponto que as práticas se tornam formalizadas, padronizadas e, portanto, sustentáveis. Passar de processos informais para processos institucionalizados é o passo mais crítico e desafiador na jornada de um repositório, e a pontuação reflete essa realidade. Os níveis subsequentes, embora importantes, representam o refinamento e a otimização de uma base já sólida.





PDS
PRESERVAÇÃO DIGITAL
— SISTÊMICA —

SEÇÃO III

GUIA PRÁTICO PARA APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE

A aplicação do diagnóstico de maturidade é um processo estruturado que transforma a metodologia em uma ferramenta prática de gestão. Seguir as etapas de forma disciplinada permite que a organização obtenha não apenas uma fotografia precisa de seu estado atual, mas que construa um roteiro claro e acionável para a evolução contínua.

ETAPA 1

3.1 PREPARAÇÃO E MOBILIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Primeiramente, o diagnóstico não deve ser uma iniciativa isolada de um departamento. É essencial a instituição formal de um **Grupo de Trabalho (GT) multidisciplinar**. A composição ideal desse grupo reflete os três pilares da confiabilidade e deve incluir:

- **Arquivistas e Profissionais da Informação:** Como especialistas de domínio, eles compreendem o ciclo de vida documental, os requisitos de autenticidade e os metadados necessários para a preservação e o acesso.
- **Profissionais de Tecnologia da Informação (TI):** Responsáveis pela infraestrutura, segurança, software e operações técnicas, eles avaliam a robustez e a adequação do ambiente tecnológico.
- **Gestores Administrativos e Financeiros:** Essenciais para avaliar a sustentabilidade financeira, as políticas institucionais, os recursos humanos e o alinhamento do repositório com os objetivos estratégicos da organização.
- **Especialistas Jurídicos:** Contribuem com a análise de contratos, acordos de custódia, licenças, direitos de propriedade intelectual e conformidade com a legislação de proteção de dados.

Esse GT pode ser instituído por um ato normativo formal, como uma portaria, que lhe confira a autoridade necessária para solicitar documentos, agendar reuniões com diferentes setores e conduzir a avaliação de forma transversal dentro da organização.

ETAPA 2

3.2 A AUTOAVALIAÇÃO GUIADA POR REQUISITOS

Com o GT formado e mandatado, inicia-se o processo de autoavaliação, utilizando-se a planilha de diagnóstico como ferramenta central. Esse processo é, em si, um exercício de capacitação, pois força a equipe a discutir e a compreender profundamente cada requisito e o que significa a excelência em cada área.

O processo de avaliação para cada requisito segue uma sequência lógica:

1. **Interpretar o Requisito:** A equipe deve ler e discutir a "Descrição do Requisito" para garantir um entendimento comum de seu escopo e objetivo.
2. **Identificar o Nível de Maturidade Atual:** Com base em uma análise honesta e objetiva, a equipe compara suas práticas atuais com as descrições detalhadas de cada um dos cinco níveis de maturidade para aquele requisito específico. A escolha do nível deve ser consensual e baseada em fatos, não em aspirações.
3. **Coletar e Organizar as Evidências:** Esse é o passo mais importante para a credibilidade do diagnóstico. Para o nível de maturidade identificado, a equipe deve coletar as provas documentais correspondentes, conforme sugerido na coluna "Evidência", na planilha de diagnóstico. Essas evidências podem incluir políticas, planos, relatórios, atas de reunião e logs de sistema, entre outros. É fundamental que essa documentação seja organizada de forma sistemática, criando um dossiê que possa ser facilmente consultado para validação interna ou para uma futura auditoria externa. A lista de "Documentos mínimos necessários", presente no Anexo I da Resolução Conarq nº 51, serve como um guia fundamental para essa etapa.

ETAPA 3

3.3 ANÁLISE DE RESULTADOS E DEFINIÇÃO DE METAS ESTRATÉGICAS

Após a conclusão da autoavaliação para todos os requisitos, o GT terá um panorama detalhado da maturidade do repositório. A análise dos resultados deve ir além da pontuação final. O objetivo é identificar padrões e áreas estratégicas para foco. Por exemplo, a análise pode revelar que a organização possui uma infraestrutura técnica robusta (Pilar C), mas carece de governança e planejamento financeiro (Pilar A). Ou que muitos processos podem estar definidos (Nível 3), mas não estão sendo monitorados ou medidos (Nível 4).

Com base nessa análise, a equipe deve se concentrar nas lacunas identificadas para cada requisito. A coluna "Ação de progressão" da planilha oferece o roteiro para o próximo passo. Para cada requisito, a ação sugerida, correspondente ao nível de maturidade atual, deve ser utilizada para definir metas realistas e tarefas concretas para o próximo ciclo de melhoria, normalmente em um período de um a dois anos. Essa abordagem transforma o diagnóstico em uma ferramenta de planejamento estratégico proativo.

ETAPA 4

3.4 DO DIAGNÓSTICO AO PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO

Essa é a etapa final e mais importante, onde a análise se converte em ação. Para cada requisito em que foi identificada uma lacuna entre o nível atual e o nível alvo, a coluna "Ação de progressão" da planilha fornece um roteiro claro sobre os próximos passos.

O GT deve consolidar todas essas ações de progressão em um **Plano de Trabalho** ou **Plano de Ação** formal. Esse documento deve ser estruturado como um projeto, detalhando para cada ação:

- A tarefa específica a ser realizada (ex.: "Formalizar a política de submissão").
- O responsável ou a equipe responsável pela execução.
- Um cronograma com prazos claros.
- Os recursos necessários (humanos, financeiros, tecnológicos).
- Os critérios de sucesso ou resultados entregáveis (ex.: "Política de submissão aprovada e publicada na intranet").

Esse plano de ação cria uma ligação direta e rastreável entre cada lacuna identificada no diagnóstico e uma iniciativa de melhoria concreta.

Ressalta-se ainda que o processo de diagnóstico deve ser cíclico, com uma nova autoavaliação sendo realizada em um período não superior a dois anos para medir o progresso em relação ao plano de ação e definir novas metas para o ciclo seguinte.

REFERÊNCIAS

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 19 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobra-de.pdf>. Acesso em: 19 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012**. Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. Brasília, DF: CONARQ, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-37-de-19-de-dezembro-de-2012>. Acesso em: 19 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 51, de 25 de agosto de 2023**. Dispõe sobre as Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, versão 2. Brasília, DF: CONARQ, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-conarq-no-51-de-25-de-agosto-de-2023>. Acesso em: 19 maio 2026.

CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEMS. **Audit and certification of trustworthy digital repositories**. Issue 2. Washington, DC: CCSDS, 2024. CCSDS 652.0-M-2. Disponível em: <https://ccsds.org/Pubs/652x0m2.pdf>. Acesso em: 19 maio 2026.

CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEMS. **Reference**

model for an Open Archival Information System (OAIS). Issue 3. Washington, DC: CCSDS, 2024. CCSDS 650.0-M-3. Disponível em: <https://ccsds.org/Pubs/650x0m3.pdf>. Acesso em: 19 maio 2026.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 14721:2025: space data and information transfer systems: open archival information system (OAIS): reference model.** Geneva: ISO, 2025. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/87471.html>. Acesso em: 19 maio 2026.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 16363:2025: space data and information transfer systems: audit and certification of trustworthy digital repositories.** Geneva: ISO, 2025. Disponível em: <https://www.iso.org>. Acesso em: 19 maio 2026.

LAGOZE, Carl; VAN DE SOMPEL, Herbert; NELSON, Michael; WARNER, Simeon. **The Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting: protocol version 2.0.** Open Archives Initiative, 2002. Disponível em: <https://www.openarchives.org/OAI/openarchivesprotocol.html>. Acesso em: 19 maio 2026.

LIBRARY OF CONGRESS. **Encoded Archival Description — EAD.** Washington, DC: Library of Congress, [s. d.]. Disponível em: <https://www.loc.gov/ead/>. Acesso em: 19 maio 2026.

LIBRARY OF CONGRESS. **Metadata Encoding and Transmission Standard — METS.** Washington, DC: Library of Congress, [s. d.]. Disponível em: <https://www.loc.gov/standards/mets/>. Acesso em: 19 maio 2026.

RESEARCH LIBRARIES GROUP; ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER. **Trustworthy Repositories Audit & Certification: criteria and checklist — TRAC.** Version 1.0. Mountain View: RLG; Dublin: OCLC, 2007. Disponível em: <https://www.crl.edu/sites/default/files/2025-01/trac.pdf>. Acesso em: 19 maio 2026.